



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Concurso Público

Aplicação: 27/1/2008

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Prova Discursiva – Parte II

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém a prova discursiva (P₂) — Parte II: uma peça e duas questões e espaço para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional, não constarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira(grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Será permitida apenas a consulta à legislação não-comentada, não-annotada e não-comparada, impressos da Internet (somente atualizações de códigos e leis), códigos, leis de introdução dos códigos, exposição de motivos, instruções normativas, regimento interno, simples remissão a artigos, simples utilização de marca-texto ou traço ou índice e(ou) índice remissivo, vedado o exame de súmulas.
- 8 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva — Parte II.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 10 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos.

AGENDA (datas prováveis)

- I **29/1/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/prefaracaju_procurador2007.
- II **30 e 31/1/2008** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **26/2/2008** – Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Município de Aracaju e Internet.
- IV **27 e 28/2/2008** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **18/3/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para avaliação de títulos: Diário Oficial do Município de Aracaju e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – SEMAD/PROCURADOR, de 28/11/2007.
- Informações adicionais: telefone 0((XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/prefaracaju_procurador2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA – PARTE II

- Nesta parte da prova discursiva, que vale **dez** pontos — **seis** pontos para a peça e **dois** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA — PARTE II**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite os limites de **noventa** linhas para a peça e de **trinta** linhas para cada questão. Qualquer fragmento além desses limites será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo correspondente(s)**.
- **ATENÇÃO!** No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador Municipal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PEÇA

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) julgou irregulares as contas do prefeito do município X, José da Silva, e, por consequência, aplicou-lhe multa de R\$ 10.000,00. O valor não foi pago, razão por que o TCE-SE encaminhou cópia do processo à Procuradoria Municipal para adoção de providências pertinentes.

A propósito da situação hipotética acima descrita, na qualidade de procurador municipal, proponha a medida judicial que entender cabível para obrigar José da Silva a pagar a referida multa. Em seu texto, aborde todos os aspectos de direito material e processual pertinentes, observando que a petição contenha todos os requisitos legais, ou, se não for cabível ação alguma, justifique fundamentadamente. **Além disso, não empregue linhas em branco para separar as diversas partes de seu texto.**

RASCUNHO – PARTE II – PEÇA – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – PEÇA – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE II – PEÇA – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

QUESTÃO 1

Em um município brasileiro, estuda-se a instituição da cobrança de um valor para custear a fiscalização a ser feita por órgão municipal nos estabelecimentos que possuem instalações sanitárias como restaurantes, bares e outros congêneres. O fato que está motivando a criação do serviço e a cobrança de um valor retributivo é o excesso de casos de doenças detectadas e que foram contraídas pela ingestão de alimentos em estabelecimentos comerciais.

A propósito da situação hipotética acima descrita, redija um texto que contemple os seguintes questionamentos e(ou) instruções.

- ▶ Qual a natureza jurídica e o fato gerador do valor a ser cobrado? Como poderá ser instituída a sua cobrança? Fundamente sua resposta.
- ▶ Discorra sobre as diferenças entre os conceitos de taxa e de preço público, destacando o regimento e a natureza de ambas.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

À luz das diretrizes constitucionais, o Estatuto da Cidade institui o plano diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O plano diretor é obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes, para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas de interesse turístico, ou em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental. Municípios que não se incluam em qualquer dessas categorias precisam dispor obrigatoriamente de um plano diretor, se o poder público pretender aplicar os instrumentos previstos no capítulo de Reforma Urbana da Constituição de 1988.

Em relação ao que dispõe o Estatuto da Cidade quanto ao plano diretor, redija um texto dissertativo que responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos.

- ▶ qual a concepção de plano diretor contida no Estatuto da Cidade?
- ▶ como implementar o plano diretor?
- ▶ como o plano diretor serve de instrumento constitucional de regulação da propriedade urbana?

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	